



Participação juvenil e relações intergeracionais em movimentos sociais no Rio de Janeiro

Caroline de Souza Araujo

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro,
Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância,
Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-4964-5750>

Irene Rizzini

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro,
Departamento de Serviço Social, Centro Internacional de
Estudos e Pesquisas sobre a Infância, Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-1154-7998>

Renata Mena Brasil do Couto

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro
Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, Rio de
Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-2030-0636>

Adriana Alice Gomes de Barros

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro,
Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social, Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-9321-5964>

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a participação juvenil e as relações intergeracionais em movimentos sociais, com ampla ou exclusiva participação juvenil, atuantes no Rio de Janeiro, Brasil, a partir de entrevistas realizadas junto a integrantes com idades entre 19 e 29 anos, realizadas entre maio e setembro de 2024, no âmbito do projeto *Participação Cidadã: população infantil e juvenil em foco*¹. O recorte da pesquisa aqui apresentado buscou compreender os desafios e as possibilidades da participação juvenil em diferentes iniciativas, movimentos, coletivos ou grupos², considerando a intergeracionalidade como um aspecto central, intrínseco à dinâmica desses espaços.

Para contextualizar essa discussão, é importante apresentar os marcos normativos que fundamentam o direito à participação de crianças, adolescentes e jovens no Brasil, previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) (ONU, 1989), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e, de forma mais direta, no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). Esses instrumentos permitem compreender a trajetória da garantia legal da participação, que se inicia ainda na infância, oferecendo o pano de fundo para a análise que se segue.

Iniciaremos a discussão sobre o direito à participação de crianças, adolescentes e jovens a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990 (ONU, 1989). A CDC constitui-se como um marco significativo que reconhece nesses sujeitos o direito de expressarem suas opiniões e serem ouvidos nas questões que os afetam, defendendo, assim, a sua participação na sociedade e contribuindo para a valorização das vozes infantis e juvenis. Lundy (2007) reforça a importância dessa diretriz ao destacar que ela contribui para a compreensão da criança como sujeito pleno de direitos e capacidade de participação ativa na sociedade, em oposição à lógica tutelar que, historicamente, deslegitimou suas opiniões.

No Brasil, o ECA, nos artigos 16 e 17, reafirma o direito à participação de crianças e adolescentes, articulando esse direito aos princípios da liberdade, do respeito e da convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

No caso dos jovens, o Estatuto da Juventude, adota uma abordagem ainda mais direta ao tratar do direito à participação, ao estabelecer, já em seu artigo 3º, políticas voltadas à juventude que devem estimular a participação efetiva dos jovens em todas as etapas de formulação, execução e avaliação. Com isso, a legislação reforça o reconhecimento da juventude como sujeito político nos processos decisórios que impactam suas vidas (BRASIL, 2013).

A discussão proposta por Rizzini (2024) amplia esta análise ao evidenciar que a participação cidadã de crianças, adolescentes e jovens ocupa um lugar central no desenvolvimento de um sentido de autonomia e de consciência como cidadão, ultrapassando a mera

1 Coordenado pela professora Irene Rizzini (DSS/CIESPI/PUC-Rio) com apoio da FAPERJ (CNE - Processo E-26/201.113/2022).

2 Neste artigo, vamos nos referir aos movimentos entrevistados, ora como movimentos sociais e/ou juvenis, ora como coletivos ou grupos. Optamos por tratar os termos como sinônimos, já que os próprios participantes usam essas denominações de forma variada. Essa escolha busca apenas facilitar a leitura, sem desconsiderar possíveis distinções conceituais.

formalidade legal e concretizando-se em experiências cotidianas. A autora mostra que, mesmo diante de posturas adultocêntricas ainda presentes em muitos contextos, a atuação protagonista da população infantil e juvenil tem potência para questionar e transformar relações historicamente desiguais entre gerações, abrindo espaço para práticas mais horizontais e democráticas.

A partir da Convenção sobre os Direitos da Criança, o debate sobre a participação infantil e juvenil passou a ocupar maior espaço tanto na formulação de políticas públicas quanto na produção acadêmica (RIZZINI; TABAK; SAMPAIO, 2019). Esse movimento contribuiu para o reconhecimento da participação de crianças, adolescentes e jovens não apenas como princípio normativo, mas como um direito que deve orientar práticas institucionais, sociais e políticas. Ainda assim, persistem desafios relacionados à sua efetivação.

Nessa perspectiva, a cidadania juvenil não deve ser compreendida como concessão, mas como um direito que se consolida no reconhecimento desses sujeitos como atores legítimos da vida pública e política. A participação, portanto, não deve ser restrita à dimensão normativa, mas deve ser reconhecida como prática política, processo coletivo e exercício cotidiano de cidadania. Diversos estudos têm apontado que a existência de garantias legais e de teorias universalizantes sobre participação social e política, muitas vezes descoladas dos diferentes contextos sociais, políticos e históricos, não assegura, necessariamente, a efetivação da participação nos espaços institucionais e políticos (JAMIESON et al., 2022; RIZZINI, 2024; RUIZ-CASARES et al., 2017).

No debate sobre participação infantil e juvenil, de acordo com Rizzini (2024), os conceitos de protagonismo, participação cidadã e adultocentrismo ocupam lugar central nas produções latino-americanas, especialmente por evidenciarem as tensões presentes nas relações entre gerações e os obstáculos ao reconhecimento da participação social e política de crianças, adolescentes e jovens.

Para Rizzini (2024), apesar das práticas adultocêntricas ressaltadas nas pesquisas, crianças, adolescentes e jovens podem construir formas próprias de atuação política, mobilização e resistência, inclusive em espaços coletivos e movimentos sociais marcados por tensionamentos relacionados ao reconhecimento das vozes juvenis por parte dos adultos. Segundo a autora: “O papel protagonista de jovens ativistas tem o potencial de desestabilizar e de remodelar as relações desiguais de poder entre gerações nos espaços nos quais atuam” (RIZZINI, 2024, p. 239), o que reforça a importância de refletirmos sobre os limites presentes no reconhecimento de crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos com possibilidades de participação nos espaços coletivos e políticos.

Neste estudo, buscamos discutir o conceito de juventude para além de análises homogêneas e restritas a um recorte etário. Apesar das delimitações etárias serem importantes para a formulação de políticas públicas, compreender as juventudes exige considerar as diferentes condições sociais, culturais e históricas que atravessam as experiências juvenis.

Conforme discutem Pais (1990), Carrano (2012) e Abramo (2005), as juventudes são marcadas por diferenças de classe, raça, gênero, território e pertencimento cultural, produzindo distintas formas de participação e inserção social. Pais (1990, p. 140) questiona a ideia de juventude como categoria homogênea ao afirmar que “não se vê como possam englobar-se numa mesma geração [...] indivíduos que [...] pertencendo, por exemplo, a classes sociais, grupos ideológicos ou grupos profissionais diferentes”.

Assim, falar em juventudes, no plural, significa reconhecer a diversidade de trajetórias, vivências e experiências juvenis que atravessam os modos de participação e inserção política nos contextos nos quais estão inseridos.

Os movimentos sociais também assumem papel fundamental enquanto espaços de construção coletiva, participação cidadã e luta pela ampliação de direitos, por meio das quais diferentes grupos sociais organizam demandas, constroem identidades coletivas e ampliam formas de participação política (GOHN, 2007). No Brasil, especialmente a partir do processo de redemocratização, os movimentos sociais passaram a ocupar lugar central na luta pela ampliação de direitos e na construção de mecanismos de participação social e política.

No entanto, os avanços produzidos no processo de redemocratização brasileira também passaram a conviver com contradições relacionadas às transformações econômicas, políticas e sociais, marcadas pela ampliação das desigualdades sociais, pela fragilização de direitos e pela incorporação, muitas vezes limitada, das demandas coletivas aos espaços institucionais. Conforme problematiza Osório (2017, p. 27), “o Estado é a condensação das correlações de forças”, sendo atravessado por disputas e limites estruturais relacionados às formas de organização da vida social e política no capitalismo dependente.

Nesse contexto, entendemos que os rebatimentos dessas relações e disputas incidem sobre a organização da vida social, a efetivação dos direitos sociais e as possibilidades de participação política. Assim, os movimentos sociais enfrentam desafios relacionados tanto à ampliação da participação social quanto aos limites impostos pelas formas institucionais de incorporação das demandas coletivas.

Dagnino (1994) discute a cidadania como um processo histórico construído nas lutas sociais e na atuação de sujeitos coletivos, defendendo uma concepção de participação que ultrapassa o acesso formal a direitos previamente definidos. Para a autora, a participação cidadã envolve também a possibilidade de os próprios sujeitos participarem da definição e redefinição dos espaços políticos e sociais nos quais estão inseridos. Ao mesmo tempo, de acordo com Dagnino (2004), os processos participativos podem ser atravessados por tensionamentos e redefinições produzidas no contexto neoliberal, em que a participação social, por vezes, é incorporada de forma limitada e institucionalizada, esvaziando parte de seu potencial crítico e transformador.

É importante refletirmos sobre a atuação de crianças, adolescentes e jovens não apenas como presença simbólica ou consultiva, mas como participação social e política, atravessada por conflitos, negociações e disputas por reconhecimento.

Essas experiências de participação não ocorrem de forma homogênea ou isenta de contradições. Isso implica refletir sobre as tensões presentes nas relações intergeracionais e sobre os desafios produzidos pela permanência de práticas adultocêntricas. Embora essas relações possam favorecer experiências coletivas mais horizontais, conforme destaca Rizzini (2024), também revelam desigualdades de poder entre adultos e jovens. Em muitos casos, essas desigualdades aparecem por meio de posturas paternalistas e de dificuldades no compartilhamento efetivo dos processos decisórios.

Por isso, compreender as relações intergeracionais é fundamental não apenas para observar, de forma superficial, as interações entre crianças, jovens e adultos, mas para reconhecer se elas constituem, ou não, um diálogo e um aprendizado mútuos entre gerações, considerando que essas relações são atravessadas por negociações,

conflitos e disputas por legitimidade. Ainda assim, experiências construídas a partir do reconhecimento mútuo, da escuta e da valorização das experiências juvenis podem contribuir para o fortalecimento de práticas participativas mais democráticas e menos adultocêntricas (MAIA et al., 2024; RIZZINI, 2024).

Nesse sentido, a intergeracionalidade pode ser compreendida como um processo dinâmico, que envolve possibilidades de diálogo e aprendizagem, bem como tensões e disputas, aspectos que serão discutidos ao longo deste artigo.

Metodologia

A pesquisa possui abordagem qualitativa, buscando analisar as experiências e os significados atribuídos pelos jovens às suas formas de participação nos movimentos sociais e às relações intergeracionais construídas nesses espaços. Conforme discute Minayo (2004), a pesquisa qualitativa possibilita apreender dimensões relacionadas aos sentidos, experiências e interpretações produzidas pelos sujeitos em seus contextos sociais. A análise do material empírico toma por referência a leitura interpretativa e reflexiva dos relatos, conforme as contribuições de Bardin (2006).

Inicialmente, buscava-se focar exclusivamente nos movimentos sociais juvenis da cidade do Rio de Janeiro, com o intuito de articular mais diretamente o estudo ao escopo original da pesquisa. No entanto, identificou-se um número reduzido de coletivos juvenis na capital fluminense com perfis diversos. Diante disso, optou-se por ampliar o recorte territorial, incluindo movimentos de outros municípios do estado, a fim de contemplar coletivos com características variadas. Ainda assim, cabe destacar que todos os movimentos que compõem a nossa amostra possuem atuação efetiva na cidade do Rio de Janeiro, embora nem todos desenvolvam pautas específicas voltadas somente ao município³.

A seleção dos jovens⁴ ativistas integrantes de movimentos sociais atuantes no Rio de Janeiro combinou diferentes estratégias de busca. Foram realizadas consultas em redes sociais, como o Instagram e o Facebook, em sites institucionais e, também, a partir de recomendações da rede de contatos das pesquisadoras do projeto e de jovens já envolvidos em coletivos. Esse mapeamento inicial resultou em um conjunto variado de organizações, do qual foram selecionados dez movimentos a partir de critérios específicos: presença ativa nas redes sociais, indicando atividades em curso; abertura para entrevistas, identificada em conversas preliminares; coordenação composta por jovens, permitindo observar a juventude em posições de liderança; e diversidade temática. A partir daí, foram incluídos na pesquisa: Zona Oeste Ativa (ZOA), Associação Youca Brasil, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Grêmio Estudantil

3 Além da cidade do Rio de Janeiro, alguns entrevistados residem em Duque de Caxias, Niterói, Japeri, Paracambi e Resende. Ademais, a Associação Youca Brasil possui sede no município de Duque de Caxias.

4 Reconhecemos a relevância da discussão sobre linguagem inclusiva para uma escrita mais alinhada à diversidade de gênero. No entanto, neste artigo, adotamos o masculino genérico com base no conceito de “gênero não marcado”, de Mattoso Câmara Jr. (1972). Evitamos ainda o uso de sinais gráficos por entendermos que podem dificultar à leitura, especialmente para aqueles que acessam o conteúdo através de telas e áudios. Isso não significa excluir outras identidades ou pronomes.

Contra-atacar (CEFET/RJ), Fórum Estadual da Juventude do Rio de Janeiro, Coletivo Indígena da UERJ, Pastoral da Juventude, Movimento Negro Unificado (MNU), Jovens Negociadores pelo Clima e Levante Popular da Juventude.

As entrevistas foram realizadas entre maio e setembro de 2024, tiveram formato semiestruturado e ocorreram de forma remota, conforme a disponibilidade dos participantes, com duração média entre 40 minutos e 1 hora. As questões que nortearam as entrevistas organizaram-se em torno de três eixos principais: as formas de participação nos movimentos sociais, as relações intergeracionais construídas nos espaços de atuação coletiva e as possibilidades de fortalecimento e ampliação da participação juvenil. Embora os entrevistados fossem jovens entre 19 e 29 anos, alguns dos movimentos investigados contavam com participação de adolescentes, aspecto que emergiu nos relatos e análises desenvolvidas ao longo do estudo. O tempo prolongado do processo se deveu à dificuldade de contato com algumas organizações e à demora na devolução dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinados por todos os participantes. Os convites para participação foram enviados por e-mail institucional ou pelas redes sociais, tanto para pessoas já reconhecidas por sua atuação em movimentos sociais quanto para representantes de organizações, que indicaram jovens para serem entrevistados. Por razões de sigilo, este artigo não divulgará os nomes dos entrevistados, apenas os das organizações. No total, participaram das entrevistas 11 jovens, sendo um representante de cada organização participante, com exceção da Associação Youca Brasil, que contou com a participação de dois jovens, a pedido dos próprios participantes.

A pesquisa apresentou alguns limites e desafios metodológicos que precisam ser considerados na análise dos resultados. No plano operacional, destacam-se as dificuldades de contato com alguns movimentos e a demora na devolução dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o que contribuiu para a extensão do período de coleta e para a limitação do número de entrevistas realizadas. A realização das entrevistas em formato online, embora tenha viabilizado a participação de diferentes atores, pode ter implicado menor aprofundamento do vínculo entre pesquisadoras e participantes, além de restringir a observação de elementos não verbais.

O referencial teórico que fundamenta este artigo apoia-se majoritariamente em autores que discutem a participação infantil e juvenil, o adultocentrismo e a intergeracionalidade. Para sua construção, recorreu-se principalmente à Base de Dados Bibliográficos do CIESPI/PUC-Rio, intitulada *Participação infantil e juvenil - produção acadêmica na América Latina (2005-2023)*⁵, que reúne artigos em português e espanhol sobre o tema, articulando também contribuições de autores que discutem juventudes, cidadania e movimentos sociais. A interlocução com essa produção bibliográfica possibilitou ampliar o diálogo com perspectivas latino-americanas voltadas à problematização da participação juvenil, das relações intergeracionais e das desigualdades presentes nos movimentos juvenis ou espaços coletivos pesquisados.

5 Disponível em: <<https://www.ciespi.org.br/site/collections/26>>. Acesso em: 09 jul. 2025.

Características dos jovens e dos movimentos sociais

Os jovens entrevistados nos dez movimentos sociais selecionados compõem um grupo marcado pela diversidade, tanto no recorte etário quanto nas pautas que mobilizam suas ações. Suas atuações e objetivos transitam entre iniciativas comunitárias nos territórios onde vivem e mobilizações que dialogam com agendas globais, como a justiça climática. Como também discutido por Couto, Rizzini e Bush (2022), os jovens ativistas não se limitam a reivindicações tradicionalmente associadas à sua faixa etária. Faz parte da dinâmica a articulação de diferentes marcadores sociais, como raça, gênero, sexualidade, direitos humanos e inserção produtiva. Sposito, Tarábola e Ginzel (2021) também apontam a multiplicidade de temas e formas de engajamento expressa nas distintas realidades juvenis, acarretando a ampliação e diversificação das formas de participação política entre os jovens.

Os entrevistados têm entre 19 e 29 anos, mas alguns de seus movimentos contam com forte presença de adolescentes, como o Grêmio Estudantil Contra-atacar, do CEFET/RJ, e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Nesses espaços, predominam integrantes entre 15 e 18 anos, por serem, em sua maioria, estudantes do ensino médio ou técnico – o que também reflete a faixa etária mais comum entre os alunos do próprio CEFET/RJ –, segundo a entrevista realizada. Por outro lado, iniciativas como o Movimento Negro Unificado e o Coletivo Indígena da UERJ apresentam uma composição mais heterogênea, incluindo jovens e adultos, muitos deles já inseridos no ensino superior ou no mercado de trabalho.

Entre os objetivos centrais dos grupos que participaram da pesquisa, destacam-se pautas relacionadas à educação pública de qualidade, passe livre e assistência estudantil (UBES e Grêmio Contra-atacar/CEFET), ao enfrentamento ao racismo estrutural e à defesa do bem viver (Movimento Negro Unificado e Coletivo Indígena da UERJ), além da adaptação climática com foco em grupos vulneráveis (Jovens Negociadores pelo Clima). Outros coletivos, como a Associação Youca Brasil e o Levante Popular da Juventude, concentram seus esforços na formação política, na educação popular e no direito ao acesso à cidade.

A atuação dos jovens no Rio de Janeiro ocorre em um contexto de desigualdades sociais e desafios socioterritoriais específicos. Movimentos como o Zona Oeste Ativa surgem justamente para combater o isolamento geográfico e a escassez de equipamentos culturais em bairros afastados do Centro do Rio, como Padre Miguel e Bangu, utilizando a ocupação de praças públicas como estratégia de resistência. No entanto, essa atuação territorial enfrenta desafios severos, como a presença de forças de controle (polícia e milícia) e o risco de agressões verbais e físicas em áreas marcadas pela violência e pelo silenciamento.

Além disso, a militância no Rio de Janeiro possui uma forte dimensão intergeracional e histórica das lutas sociais; no Movimento Negro Unificado e na Pastoral da Juventude, por exemplo, os jovens estabelecem diálogos com membros antigos que vivenciaram a redemocratização na década de 1980, conectando memórias de luta com novas linguagens e ferramentas digitais de mobilização. Organizacionalmente, esses grupos priorizam estruturas horizontais e decisões baseadas na escuta ativa, buscando romper com o adultocentrismo que frequentemente deslegitima as vozes juvenis nos espaços de decisão política.

As experiências relatadas pelos entrevistados evidenciam que os movimentos juvenis pesquisados são atravessados por diferentes formas de participação, organização coletiva e relações intergeracionais, construídas em contextos marcados por desigualdades sociais, disputas políticas e distintas experiências juvenis.

Relações intergeracionais: por que falar sobre elas é importante?

As interações entre diferentes gerações nos movimentos sociais juvenis do Rio de Janeiro são fundamentais para compreender como essas iniciativas se consolidam e avançam em suas pautas. Mesmo em grupos com forte protagonismo jovem, como o Grêmio Estudantil Contra-atacar do CEFET/RJ e a Pastoral da Juventude, é frequente a presença de adultos atuando como apoiadores, mentores ou parceiros estratégicos.

No entanto, as relações intergeracionais não se constituem de forma homogênea ou isenta de conflitos. Elas não se restringem a diferenças etárias, mas envolvem experiências sociais, políticas e históricas distintas, que influenciam as formas de participação política, reconhecimento e inserção nos espaços coletivos (CARRANO, 2012; PAIS, 1990). A partir do debate de Morales e Magistris (2019), tais relações são atravessadas por disputas de poder, hierarquias geracionais e limites relacionados ao reconhecimento de crianças, adolescentes e jovens como sujeitos políticos. De acordo com os autores, “Se trata de reconocer el carácter conflictivo de las relaciones entre las generaciones en tanto vínculo asimétrico que contiene y reproduce autoritarismo y desigualdad” (MORALES; MAGISTRIS, 2019, p. 4).

As práticas adultocêntricas podem limitar a participação efetiva de crianças, adolescentes e jovens nos espaços de decisão, produzindo tensionamentos relacionados às formas de participação política construídas nos espaços coletivos. Ao mesmo tempo, Rizzini (2024) destaca que o protagonismo de jovens ativistas pode contribuir para desestabilizar relações desiguais de poder entre gerações e favorecer experiências participativas mais igualitárias nos espaços em que atuam.

Mais do que compreender as relações intergeracionais como simples colaboração entre diferentes gerações, a análise que segue se dedica a examinar esses aspectos, identificando o que tem funcionado e quais tensões, desafios e possibilidades construídas, a partir das experiências concretas dos jovens envolvidos nos movimentos sociais pesquisados.

Possibilidades e potencialidades das relações intergeracionais

As experiências relatadas pelos jovens indicam que as relações intergeracionais, embora atravessadas por tensões, também podem produzir possibilidades de escuta, colaboração e fortalecimento das ações coletivas nos movimentos juvenis pesquisados.

Um dos aspectos positivos das relações intergeracionais observado, a partir da perspectiva dos jovens, é a convivência respeitosa entre diferentes faixas etárias, o que contribui para a construção de espaços colaborativos. No caso da Zona Oeste Ativa, a apropriação do espaço público, como uma praça muito popular no território entre Padre Miguel e Bangu, favorece interações espontâneas entre crianças, adolescentes, jovens e adultos mais velhos, promovendo vínculos que ultrapassam as barreiras geracionais. Com o objetivo de garantir a participação de todos, os organizadores ajustam a linguagem e os temas abordados conforme o público presente:

É uma relação de praça mesmo. Numa praça pública, os mais velhos, as crianças, os adolescentes, eles estão ocupando o mesmo espaço. Existem ali as regras sociais que não são ditas, né? Quando se tem crianças ali, as pessoas evitam usar certos tipos de coisas, certos tipos de linguagem. Tem uma linguagem mais lúdica, né? Mais suave. Com os mais velhos também têm um respeito maior com as palavras ou com as temáticas abordadas. Mas as diferentes idades, elas se sentem à vontade de participar da roda (27 anos, integrante do ZOA).

Em outros movimentos, as experiências intergeracionais também aparecem associadas à construção de relações mais horizontais entre jovens e adultos. Na Youca Brasil, observa-se uma relação intergeracional marcada por respeito mútuo e parceria. Os adultos, muitas vezes descritos pelos próprios jovens como pessoas de “*alma jovem*” (25, integrante da Youca Brasil), não ocupam posições de autoridade rígida, mas atuam como aliados no processo coletivo, principalmente nas questões burocráticas. Essa postura marcada por relações menos verticalizadas entre jovens e adultos abre espaço para que os jovens contribuam com ideias inovadoras e atualizadas, como o uso de ferramentas digitais, como o TikTok, para ampliação do engajamento do movimento, enquanto os adultos, por sua vez, oferecem a experiência acumulada e o olhar estratégico para garantir foco e sustentabilidade das ações, como relatou uma das jovens entrevistadas: “A gente propõe ideias novas, tipo usar TikTok para engajar, e eles trazem estratégias de como fazer isso dar certo sem perder o foco. É como se fosse uma parceria, não uma imposição” (19 anos, integrante da Youca Brasil). Essa construção coletiva entre gerações não apenas fortalece as ações do grupo, mas também tensiona estruturas tradicionais de hierarquia.

Nesse sentido, a escuta dos mais velhos às vozes juvenis não só permite a circulação de afetos, memórias e aprendizados compartilhados, como também abre caminho para formas de resistência mais inclusivas e plurais (POSADA-ESCOBAR; BRICEÑO-ALVARADO; MUNAR-MORENO, 2017). Contudo, para que essa participação intergeracional seja de fato efetiva é necessário romper com padrões hierárquicos enraizados nas relações adultocêntricas, como apontam Rizzini, Tabak e Sampaio (2019), ao defenderem a superação das estruturas verticalizadas entre gerações como condição para o protagonismo juvenil, assim como pôde ser observado no relato da entrevistada da Youca Brasil.

Uma lógica semelhante aparece no relato do entrevistado dos Jovens Negociadores pelo Clima. Segundo ele, o respeito pelas experiências dos mais velhos, entendido como reconhecimento da ancestralidade e das trajetórias de luta, é um dos pilares do movimento. Embora a composição majoritária dos Jovens Negociadores pelo Clima seja de jovens, os adultos que participam atuam como mentores e, também, como colaboradores e parceiros, contribuindo com estratégias políticas que fortalecem a organização.

No Movimento Negro Unificado, as trocas entre gerações acontecem de forma orgânica e profundamente significativa. Os membros mais antigos, conhecidos como *grîôs*, compartilham suas vivências e histórias, muitas delas ligadas ao período de redemocratização do país, iniciada na década de 1980, oferecendo uma perspectiva histórica para os jovens sobre as lutas por direitos e justiça social da população negra. Ao mesmo tempo, os jovens trazem pautas atuais e urgentes, como o enfrentamento do racismo nas redes sociais, ampliando o alcance e a atualidade da militância do movimento, como destacou uma das entrevistadas:

Os griôs do MNU são como uma biblioteca viva. Eles contam como foi lutar na redemocratização, as marchas, as conquistas. A gente, mais jovem, traz pautas novas, como o racismo no Instagram, e eles ajudam a conectar isso com a história do movimento. É uma troca que fortalece a gente, porque sem o passado a gente não entende o presente, e sem a gente o movimento não vai pro futuro (22 anos, integrante do MNU).

A importância do olhar jovem, especialmente no uso estratégico das tecnologias, também foi destacada pelo entrevistado da Pastoral da Juventude. O jovem apontou como os meios digitais têm ampliado o alcance das mobilizações e renovado as formas de engajamento político, apesar de os mais velhos contribuírem significativamente para o entendimento dos jovens sobre a perspectiva histórica do movimento. Na sua opinião:

Na Pastoral, os mais velhos nos ensinam sobre a história da resistência, tipo as comunidades eclesiais de base nos anos 70. A gente, por outro lado, está mais ligada nas redes sociais, falando sobre racismo e desigualdade de um jeito que chega nos jovens de hoje. Eles respeitam nossa voz, e a gente aprende com a experiência deles. É uma construção juntos (29 anos, integrante da Pastoral da Juventude).

Essa lógica de troca intergeracional, em que o saber dos mais velhos se articula com as contribuições tecnológicas e comunicacionais dos mais jovens, também é observada por Freitas e Gouvea (2023). Ao analisarem o Movimento Sem Terrinha do MST, os autores destacam como as crianças, por meio de linguagens próprias, transformam as dinâmicas do coletivo e ensinam, ao mesmo tempo em que aprendem. Infere-se, portanto, que em movimentos como a Pastoral e outros coletivos, especialmente no que diz respeito ao uso das mídias digitais, jovens e adolescentes assumem um papel ativo ao ensinarem aos adultos novas estratégias de comunicação e mobilização, evidenciando os processos de aprendizagem que podem ser construídos entre diferentes gerações.

Os dados indicam que as trocas entre gerações aparecem associadas ao compartilhamento de vivências, saberes políticos e experiências históricas de militância, ao mesmo tempo em que os jovens contribuem com novas formas de comunicação, mobilização e engajamento político, especialmente por meio das mídias digitais. Tais experiências podem fortalecer a continuidade das lutas coletivas, ainda que atravessadas por diferentes experiências geracionais, formas de atuação política e modos de compreender as dinâmicas dos movimentos.

No caso do Grêmio Estudantil Contra-atacar do CEFET/RJ, observa-se uma mediação entre gerações marcada por respeito, principalmente entre os professores, diretores de departamento e alunos de graduação – apesar da entrevistada destacar alguns desafios, que serão melhor explicitados no tópico seguinte. A relação mais forte do Grêmio é com os alunos de graduação, já que eles lutam por pautas conjuntas, como a diminuição do valor da comida no “bandejão”⁶.

A integrante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas entende a participação juvenil como uma ferramenta potente de transformação pessoal e social, a ponto de influenciar sua própria mãe, já adulta, a retomar os estudos e ingressar na universidade.

6 Nome informal dado ao Restaurante Universitário, que oferece refeições a baixo custo ou, em alguns casos, gratuitas para estudantes.

Esse envolvimento intergeracional nos espaços estudantis reforça o que Gohn (2018) já apontava: associações como grêmios e entidades estudantis costumam atrair também a adesão de adultos, como pais, professores, diretores e membros da sociedade civil, compondo um tecido coletivo de engajamento que fortalece a luta por direitos.

No Fórum Estadual da Juventude do Rio de Janeiro, a idade máxima para participação gira em torno dos 24 anos. No entanto, há trocas intergeracionais importantes entre adolescentes e jovens com mais tempo de militância, que assumem papéis de liderança e apoio. O entrevistado destacou a diferença de maturidade política entre uma participante de 14 anos e os demais, revelando um tipo de intergeracionalidade “interna” à juventude, ou seja, entre adolescentes e jovens.

Este relato evidencia como as relações intergeracionais também podem ser atravessadas por compreensões distintas acerca da participação política e da legitimidade das vozes juvenis nos espaços coletivos. Conforme discutem Morales e Magistris (2019), as relações entre gerações são atravessadas por hierarquias e disputas de reconhecimento, que podem produzir assimetrias na forma como crianças, adolescentes e jovens são percebidos nos espaços de participação.

No caso do jovem entrevistado pelo Coletivo Indígena da UERJ, foi relatado que o diálogo dentro do movimento flui justamente porque os membros compartilham uma realidade semelhante e possuem agendas flexíveis para as ações. Contudo, eles não têm ampla participação dos adolescentes, pois os eventos são distantes de onde moram, impossibilitando sua presença em razão do tempo de deslocamento no trajeto evento-casa:

Mas entre a gente mesmo, acho que é mais fluido também, porque a gente acaba estando nos mesmos campos, então a gente também tem essa questão dessa agenda um pouco mais flexível, porque no sentido de deslocamento mesmo, porque, por exemplo, ontem teve essa roda que era lá em Niterói, e terminou muito tarde, então eu cheguei em casa bem tarde. E aí, às vezes, para levar esse adolescente já não é a coisa mais fácil do mundo. Então, o coletivo em si também, ele não tem essa participação de adolescente (26 anos, integrante do Coletivo Indígena da UERJ).

Por fim, essas experiências dialogam com o que Morales e Magistris (2019) discutem ao analisarem coletivos de base comunitária na América Latina, nos quais a troca entre gerações constitui um elemento central da cultura política local. Embora o foco das autoras seja na relação entre crianças e adultos, suas reflexões também contribuem para compreender as dinâmicas intergeracionais construídas entre jovens e adultos nos movimentos pesquisados.

Desafios nas relações intergeracionais

As diferenças geracionais representam um desafio significativo para alguns dos movimentos sociais entrevistados, seja nas interações entre jovens e adultos, seja entre distintas faixas etárias da própria juventude, como entre adolescentes e jovens mais velhos. Assim, apesar dos pontos positivos analisados anteriormente, essas relações também estão marcadas por conflitos, que incluem resistências à interação, dificuldades de compreensão do papel intergeracional e barreiras de comunicação.

Os jovens entrevistados não mencionaram apenas desafios internos nas relações intergeracionais. Ressaltaram, sobretudo, que eles se fazem presentes nas interações entre os movimentos e outros grupos e espaços. Em especial, a subestimação das contribuições juvenis por parte dos adultos, associada às divergências de visão e prioridades, configura um entrave às relações intergeracionais, como será exemplificado a seguir.

Um obstáculo recorrente à intergeracionalidade nos espaços de participação é a resistência de adultos à atuação ativa de jovens, expressa em atitudes marcadamente etaristas. Uma jovem da Youca Brasil relatou, por exemplo, sua experiência no Fórum da Criança e do Adolescente de Duque de Caxias, quando foi desqualificada por um adulto que afirmou que ela estava “*saindo da fralda agora*” e que precisava “*aprender mais*” (25 anos, integrante da Youca Brasil). Esse tipo de postura, que insiste em tratar a juventude como imatura e “*ainda não pronta*”, reforça a lógica de que os jovens devem “*esperar sua vez*” e acaba deslegitimando suas contribuições. A própria entrevistada destacou que não buscava substituir o papel dos adultos, mas sim aprender com eles: “*Tá, mas eu estou aqui realmente para aprender. Eu quero que você me ensine, já que você sabe, eu quero que você me ensine*” (25 anos, integrante da Youca Brasil). Ainda assim, diante da resistência enfrentada, chegou a repensar sua permanência no espaço, apesar de reconhecer a relevância do grupo e a importância da sua presença em um Fórum voltado justamente à defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Esse episódio ilustra como o adultocentrismo, ao desvalorizar as vozes juvenis, pode não apenas inibir a participação, mas também afastar jovens de espaços coletivos fundamentais.

Como apontam Branco et al. (2015, p. 22), “quando [os adultos] valorizam mais as carências do que as potencialidades [dos jovens], acabam menosprezando as suas possibilidades de atuação”. A entrevistada em questão destaca, ainda, que é preciso incluir jovens “*de fato, não só pra fazer número*” (25 anos, integrante da Youca Brasil), reforçando a urgência de espaços que não apenas permitam a presença, mas valorizem efetivamente a contribuição juvenil.

Além das hierarquias etárias, as diferenças de perspectivas entre gerações também geram atritos. O entrevistado da Pastoral da Juventude observa que adultos que participaram do movimento nas décadas de 1980 e 1990 tentam aplicar práticas ultrapassadas a uma juventude atual, mais conectada à tecnologia, ele aponta que: “Muitas vezes, adultos [...] tentam reproduzir práticas e visões daquele período, que não correspondem à realidade da juventude atual” (29 anos, integrante da Pastoral da Juventude). Essa desconexão é agravada pela dificuldade de engajar jovens “*desigrejados*”, refletindo uma mudança geracional de valores. Em síntese, a resistência em adotar abordagens contemporâneas, como o uso de mídias digitais, limita o diálogo intergeracional.

O relato anterior coaduna com o exposto pelo entrevistado dos Jovens Negociadores pelo Clima ao relatar a resistência interna ao uso de ferramentas modernas para facilitar o engajamento, como o TikTok: “A gente apanhou muito, por exemplo, porque a gente não tinha TikTok” (29 anos, integrante dos Jovens Negociadores pelo Clima). Essa resistência reflete como até mesmo os jovens podem estar desalinhados internamente em suas abordagens, dificultando a comunicação e a mobilização, segundo o entrevistado: “a

7 Denominação dada pelo entrevistado às pessoas que não pertencem a nenhuma igreja, embora ele não tenha deixado claro se se referia apenas à Igreja Católica Apostólica Romana ou também a outras denominações religiosas.

forma de comunicar e engajar jovens mais novos é um dos desafios mais complexos” (29 anos, integrante dos Jovens Negociadores pelo Clima). Contudo, é possível observar que esses embates impulsionam a atualização de práticas e ideias dentro dos movimentos.

Na UBES, são apontadas diferenças de maturidade entre adolescentes e jovens mais velhos, porém estas são reconhecidas e respeitadas, sendo as tarefas distribuídas de acordo com as capacidades de cada faixa etária, segundo a entrevistada: “[...] a gente entende que a maturidade de uma pessoa de 14, 15 anos não vai ser a maturidade de uma pessoa de 25 anos, no caso de um diretor de uma entidade” (19 anos, integrante da UBES). Ela informou que adolescentes entre 14 e 15 anos geralmente se dedicam a atividades locais, como visitar escolas, engajar estudantes e mobilizar grupos para participarem de atos, podendo trazer dezenas de jovens para os eventos. Já os jovens mais velhos, acima dos 25 anos, desempenham um papel mais institucional, atuando em espaços como gabinetes legislativos para defender pautas relevantes para eles, como o passe livre. Ou seja, o desafio está em lidar com as diferentes experiências de participação e formas de inserção política entre adolescentes e jovens adultos, articulando processos de orientação, formação e viabilização das ideias propostas: “(...) nós temos que ter uma formação que tem que ser simultânea, paralela e obrigatoriamente, tem que acontecer, que é para que esse jovem se entenda enquanto um sujeito de direitos, enquanto um ser crítico, que entenda quem ele é, qual é a história dele” (19 anos, integrante da UBES).

As experiências apresentadas pelos entrevistados da Pastoral da Juventude e da UBES, evidenciam o que Mendonça e Pires (2020) discutiram ao apontar que a troca intergeracional não apenas enriquece os movimentos sociais, mas também exige ajustes constantes de rota para lidar com as diferentes realidades geracionais. Nesse processo, como alertam Couto, Rizzini e Bush (2022, p. 21), “ouvir o outro, planejar e executar ações em conjunto e intergeracionalmente é um processo que demanda tempo, algo muitas vezes limitado na execução de projetos e pesquisas sociais”. Quando esse tempo é respeitado e incorporado como parte do processo formativo, como ocorre na UBES, a intergeracionalidade se revela como uma potente ferramenta pedagógica e política, mas, ainda assim, não deixa de constituir um desafio.

Os principais desafios que a entrevistada do Grêmio Estudantil Contra-atacar do CEFET-RJ identifica estão relacionados à falta de compreensão sobre a importância do trabalho do Grêmio e de colaboração mútua, tanto por parte dos funcionários da escola, como dos próprios membros:

Então, acaba que a nossa maior questão é essa, da dedicação das pessoas. E aí, acho que entra também a questão da compreensão das pessoas colaborarem e tudo mais. Então, acaba que é uma das maiores dificuldades, a falta de colaboração das pessoas. Porque tem algumas pessoas que não têm essa visão do quão importante é o Grêmio Estudantil (19 anos, integrante do Grêmio Estudantil Contra-atacar do CEFET-RJ).

Sposito, Tarábola e Ginzel (2021, p. 7) apontaram em sua pesquisa um desafio referente à confiança nos Grêmios Estudantis. Segundo os autores: “A desconfiança em relação às formas tradicionais de representação, como grêmios estudantis, reflete a percepção de que essas estruturas muitas vezes não atendem às demandas reais dos jovens”. Ainda na seara da educação, o entrevistado do Coletivo Indígena da UERJ explicou que algumas reitorias possuem mais sensibilidade que outras, o que facilita o diálogo, mas diz que

não é algo tão fácil: “Por mais que, novamente, não foi tão simples assim, eu acho que foi também fruto de muitos embates, mas eles têm tido uma sensibilidade bem maior, menos resistência” (26 anos, integrante do Coletivo Indígena da UERJ).

O entrevistado do Levante Popular da Juventude reconhece que conviver e organizar-se com pessoas de diferentes gerações apresenta desafios, uma vez que cada faixa etária possui formas distintas de lidar com as situações. No entanto, ele afirmou que acompanha com menor frequência as dinâmicas intergeracionais cotidianas.

A entrevistada do Zona Oeste Ativa não citou desafios nas relações intergeracionais dentro do movimento, mas sim, externas. A presença de forças de controle, como a polícia e a milícia, e de adultos contra movimentos de esquerda geram tensões diante de alguns temas polêmicos abordados nas atividades, incluindo agressões verbais e abuso da força policial:

[...] por serem assuntos polêmicos, algumas pessoas se sentem à vontade de estarem ali ouvindo e outras se sentem à vontade de estarem ali nos agredindo verbalmente, de alguma forma. Tem esse risco de você perceber diferentes expressões, tanto para o bem quanto para o mal, por conta das polêmicas e de ser um território muito marcado pela violência também, o silenciamento (27 anos, integrante do ZOA).

Essas situações exemplificam o que Ribeiro (2015) já ressaltava ao afirmar que crianças e adolescentes não são sujeitos passivos das políticas de proteção, mas atores ativos que elaboram estratégias de resistência e sobrevivência. A tensão no território e a agressão simbólica também reforçam a observação de Noronha e Tebet (2023), que destacam como a participação infantil e juvenil frequentemente desafia o senso comum, sendo vista como uma manifestação inadequada ou desordenada, ou algo a ser deslegitimado dentro dos próprios espaços participativos, uma expressão clara do adultocentrismo que tenta silenciar vozes que os incomodam.

A seguir, concluímos este artigo trazendo uma reflexão acerca das possibilidades de ampliação das relações intergeracionais, a partir da análise dos relatos trazidos pelos entrevistados nesta pesquisa.

Considerações finais: possibilidades para o fortalecimento das relações intergeracionais

Este artigo analisou as dinâmicas intergeracionais presentes em dez movimentos sociais, com ampla ou exclusiva participação juvenil, atuantes no Rio de Janeiro. A partir de entrevistas foi possível identificar que a cooperação entre diferentes gerações exerce um papel relevante na construção e continuidade dessas iniciativas. Embora essas trocas possam favorecer processos coletivos importantes também emergem tensões e conflitos, demonstrando que essas relações estão longe de serem homogêneas ou isentas de disputas, como discutido ao longo deste artigo.

Entre os aspectos positivos observados, destaca-se a convivência respeitosa entre gerações, que favorece a criação de espaços mais inclusivos. Em diversos contextos, a complementaridade entre a experiência acumulada dos adultos e o olhar inovador da juventude revelou-se fundamental. No Movimento Negro Unificado, por exemplo, essa

troca se expressa de forma marcante: pessoas de outras gerações, identificadas como *grîôs*, mantêm viva a memória das lutas históricas, como a redemocratização, enquanto os jovens atualizam a pauta antirracista nas redes sociais, ampliando seu alcance. Essa articulação entre saberes e práticas intergeracionais evidencia como diferentes experiências geracionais podem contribuir para a continuidade e atualização das lutas coletivas.

No entanto, os desafios permanecem expressivos. O adultocentrismo frequentemente desvaloriza as contribuições juvenis, criando desafios à participação ativa, com posturas que subestimam a capacidade dos jovens ou deslegitimam suas vozes em espaços de decisão. Além disso, divergências quanto ao uso de tecnologias digitais emergem como ponto de tensão, com resistências tanto por parte de adultos, que podem se apegar a práticas tradicionais, quanto entre os próprios jovens, que nem sempre convergem sobre as melhores estratégias de comunicação e mobilização. Essas diferenças revelam a necessidade de ajustes contínuos para alinhar perspectivas geracionais e promover um diálogo mais fluido.

Para enfrentar esses desafios, os coletivos juvenis analisados adotam estratégias que priorizam a participação coletiva e a inclusão. Os jovens buscam construir formas de organização mais horizontais, promovendo decisões baseadas no diálogo e na escuta ativa, como observado nas entrevistas. Essa abordagem pode fortalecer a autonomia e a responsabilidade compartilhada, ampliando as possibilidades de participação juvenil nos processos decisórios. Alguns dos movimentos entrevistados também investem na formação política contínua, capacitando jovens para ocupar espaços institucionais, como conselhos e conferências, enfrentando diretamente o adultocentrismo institucionalizado.

A construção de relações intergeracionais mais dialógicas e abertas à escuta não é apenas desejável, mas importante para a sustentabilidade e ações dos movimentos juvenis. A criação de ambientes acolhedores, onde os adolescentes e jovens se sintam valorizados, tem se mostrado essencial para atrair e manter sua participação em espaços intergeracionais. Isso exige uma mudança cultural profunda, capaz de tensionar hierarquias etárias historicamente consolidadas e valorizar, de fato, a escuta das crianças, adolescentes e jovens. Ou seja, superar o adultocentrismo implica reconhecer as experiências de crianças, adolescentes e jovens como legítimas, sem projetar sobre elas concepções adultas ou expectativas baseadas unicamente no olhar adulto. Como demonstrado ao longo deste artigo, esse processo é inevitavelmente atravessado por tensões, já que exige o enfrentamento de lógicas cristalizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 19-40.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BRANCO, V. M. C. et al. Caminhos para a institucionalização do protagonismo juvenil na SMS-Rio: dos adolescentes ao RAP da Saúde. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 14-22, mar. 2015.
- BRASIL. **Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 03 jul. 2025.
- _____. **Lei federal nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 03 jul. 2025.
- CARRANO, P. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 83-99, 2012.
- COUTO, R. M. B.; RIZZINI, I.; BUSH, M. **Jovens em Ação: reflexões sobre participação social e inserção no mundo do trabalho**. 1. ed. Rio de Janeiro: CIESPI, 2022.
- DAGNINO, E. Os movimento sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. p. 103-115.
- _____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 139-164, out. 2024.
- FREITAS, F. A.; GOUVEA, M. C. S. Ação política e intencionalidade formativa na participação das crianças no Movimento Sem Terra. **DESIDADES: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, Rio de Janeiro, p. 194-210, dez. 2023.
- GOHN, M. G. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GOHN, M. G. Jovens na política na atualidade - uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, p. 117-133, abr. 2018.
- JAMIESON, L. et al. International perspectives on the participation of children and young people in the Global South. **Third World Thematics**, v. 7, n. 1-3, p. 56-74, 2022.
- LUNDY, L. "Voice" is not enough: conceptualising Article 12 of the United Nations Convention on the Rights of the Child. **British Educational Research Journal**, Belfast, v. 33, p. 927-942, dez. 2007.
- MAIA, G. C., et al. Teias da intergeracionalidade na universidade da maturidade: uma triangulação por revisão sistemática. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 22, e5196, 2024.
- MATTOSO CÂMARA JUNIOR, J. Língua e cultura. In: UCHÔA, C. E. F. (Org.). **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. p. 51-59.

MENDONÇA, K. J. R.; PIRES, F. F. “A gente vinha porque queria e não porque era pressionado”: crianças e direitos de participação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, e237794, 2020.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORALES, S.; MAGISTRIS, G. El co-protagonismo como nuevo paradigma de infancia. Hacia un horizonte emancipatorio en las relaciones intergeneracionales. **KAIROS**. Revista de Temas Sociales, San Luis, ano 23, n. 44, p. 1-21, dez. 2019.

NORONHA, J. E. G.; TEBET, G. Tornar-se calunga: participação e subjetivação política de crianças e jovens. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1-26, mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos da Criança**. 20 de novembro de 1989. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Treaties/1990/09/19900902%2003-14%20AM/Ch_IV_11p.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2026.

OSÓRIO, J. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. **Temporalis**, Brasília DF, ano 17, n. 34, p. 25-51, jul./dez. 2017.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

POSADA-ESCOBAR, J. J.; BRICEÑO-ALVARADO, P. P.; MUNAR-MORENO, Y. A. Análisis de experiencias y dispositivos en construcción de paz desde una perspectiva intergeneracional-intercultural. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 15, p. 505-517, 2017.

RIBEIRO, F. B. Os cabelos de Jennifer: por etnografias da participação de “crianças e adolescentes” em contextos da “proteção à infância”. **Política & Trabalho**: Revista de Ciências Sociais, Paraíba, n. 43, p. 49-64, jul./dez. 2015.

RIZZINI, I. Para além do adultocentrismo: atuação intergeracional em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. **Sociedad e Infancias**, Madrid, v. 8, p. 239-263, dez. 2024.

RIZZINI, I.; TABAK, J.; SAMPAIO, E. O bem-estar da criança e o direito à participação na América Latina. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DA CRIANÇA, 4., 2018, Goiânia. **Anais** Goiânia: Editora Vieira, 2019. v. 4, p. 853-863.

RUIZ-CASARES, M. et al. Children’s rights to participation and protection in international development and humanitarian interventions: nurturing a dialogue. **The International Journal of Human Rights**, v. 21, n. 1, p. 1-13, 2017.

SPOSITO, M. P.; TARÁBOLA, F. S.; GINZEL, F. Jovens, participação política e engajamentos: experiências e significados. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 27, e36719, jun. 2021.

Resumo Este artigo analisa a participação juvenil e as relações intergeracionais em movimentos sociais atuantes no Rio de Janeiro, a partir de entrevistas com jovens ativistas. Os jovens, de origens diversas, relataram suas experiências em diferentes iniciativas, apontando tanto o que funciona quanto os desafios das relações intergeracionais nesses espaços. Identificaram práticas colaborativas, mas também tensões marcadas pelo adultocentrismo e por hierarquias etárias, que dificultam sua participação. Os resultados revelam que, embora assumam papéis ativos na formulação e na condução das ações coletivas, os jovens enfrentam situações como a subestimação, a escuta limitada e a resistência ao uso de linguagens contemporâneas, como as mídias digitais. Conclui-se que o fortalecimento do diálogo entre gerações é fundamental para potencializar a participação juvenil e superar dificuldades ainda presentes na dinâmica dos movimentos.

Palavras-chave: juventude, participação e protagonismo juvenil, movimentos sociais, intergeracionalidade.

Participación juvenil y relaciones intergeneracionales en movimientos sociales en Río de Janeiro

Resumen Este artículo analiza la participación juvenil y las relaciones intergeneracionales en movimientos sociales activos en Río de Janeiro, a partir de entrevistas con jóvenes activistas. Los jóvenes, de orígenes diversos, relataron sus experiencias en diferentes iniciativas, señalando tanto lo que funciona como los desafíos de las relaciones intergeneracionales en esos espacios. Identificaron prácticas colaborativas, pero también tensiones marcadas por el adultocentrismo y por jerarquías etarias, que generan obstáculos a su participación. Los resultados revelan que, aunque asumen roles activos en la formulación y conducción de acciones colectivas, los jóvenes enfrentan dificultades como la subestimación, la escucha limitada y la resistencia al uso de lenguajes contemporáneos, como las redes digitales. Se concluye que el fortalecimiento del diálogo entre generaciones es fundamental para potenciar la participación juvenil y superar las dificultades aún presentes en la dinámica de los movimientos.

Palabras clave: juventud, participación y protagonismo juvenil, movimientos sociales, intergeneracionalidad.

Youth participation and intergenerational relations in social movements in Rio de Janeiro

Abstract This article analyzes youth participation and intergenerational relations in social movements in Rio de Janeiro, based on interviews with young activists. The young people, from diverse backgrounds, shared their experiences in different initiatives, highlighting both what works and the challenges of intergenerational relations in these spaces. They identified collaborative practices, but also tensions marked by adultcentrism and age hierarchies, which create challenges to their participation. The results reveal that, although they take on active roles in shaping and leading collective actions, young people face challenges such as underestimation, limited listening, and resistance to the use of contemporary languages, such as digital media. It is concluded that strengthening dialogue across generations is essential to enhance youth participation and overcome difficulties that remain in the dynamics of social movements.

Keywords: youth, youth participation and protagonism, social movements, intergenerationality.

DATA DE RECEBIMENTO: 21/11/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 05/06/2026



Caroline de Souza Araujo

Assistente de Pesquisa no Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio), Brasil. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brasil. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil.

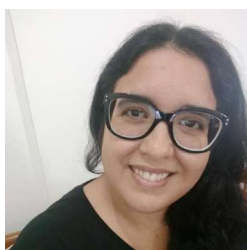
E-mail: carolaraujo.ciespi@gmail.com



Irene Rizzini

Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brasil, e diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio).

E-mail: irizzini.pucRio.ciespi@gmail.com



Renata Mena Brasil do Couto

Pesquisadora no Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio), Brasil. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil, e mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Brasil.

E-mail: renatabr83@gmail.com



Adriana Alice Gomes de Barros

Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Brasil. Doutora e mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brasil. Pesquisadora de pós-doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, Brasil.

E-mail: adriana.barros@uemg.br